

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO - UEMA
CAMPUS ITAPECURU MIRIM
CURSO DE LETRAS LICENCIATURA

JAINNY MAIARA FREITAS FERREIRA DE SOUSA

A LITERATURA INFANTOJUVENIL COMO ATO SOCIAL: um caminho para a formação do leitor crítico e social a partir dos PCN's no processo de aprendizagem.

Itapecuru-Mirim
2017

JAINNY MAIARA FREITAS FERREIRA DE SOUSA

A LITERATURA INFANTOJUVENIL COMO ATO SOCIAL: um caminho para a formação do leitor crítico e social a partir dos PCN's no processo de aprendizagem.

Monografia apresentado ao Curso de Letras Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão-UEMA, como pré-requisito para obtenção da graduação.

Orientadora: prof^ª. Esp. Maria da Conceição Aparecida Nogueira da Cruz Muniz.

Itapecuru-mirim
2017

JAINNY MAIARA FREITAS FERREIRA DE SOUSA

A LITERATURA INFANTOJUVENIL COMO ATO SOCIAL: um caminho para a formação do leitor crítico e social a partir dos PCN's no processo de aprendizagem.

Monografia apresentado ao Curso de Letras Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão-UEMA, como pré-requisito para a obtenção da graduação.

Aprovada em: ___/___/___

Nota: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a.Esp. Maria da Conceição Aparecida Nogueira da Cruz Muniz
Orientadora

Prof^a. Msc. Maria Lúcia Holanda
1º Examinador

Prof^o. Esp. Maurílio Barros Cardoso
2º Examinador

Dedico primeiramente a Deus por tudo o que sou e o que tenho. Um agradecimento à minha querida e amada mãe Maria do Socorro – por me apoiar em todos os momentos – e ao meu esposo Raimundo Nonato pelo carinho, incentivo e ajuda constantes.

AGRADECIMENTOS

Não posso deixar de agradecer ao meu pai José Lourenço e aos meus irmãos Gustavo, Pollianna e Fernanda por estarem sempre ao meu lado. Agradeço também aos meus amigos Aparecida Muniz, Cristina de Sousa e Maurilio Cardoso por proporcionarem dias felizes na caminhada dos anos letivos no Cesita, saibam que foram de grande importância para minha formação.

E, para finalizar, não posso deixar de agradecer aos meus lindos filhos Lucas e Felipe por todo amor e carinho.

“A educação é um processo social, é desenvolvimento. Não é a preparação para a vida, é a própria vida”.

(John Dewey)

RESUMO

A Literatura Infantojuvenil é uma fonte enriquecedora de conhecimento e informação e oferece um método prazeroso e lúdico para que as crianças e os jovens possam enveredar no mundo da leitura. A educação tem se preocupado em contribuir para a formação de um indivíduo crítico, responsável e atuante na sociedade e as crianças e os jovens são fascinados por histórias e essas favorecem seu desenvolvimento cognitivo, intelectual, emocional e social. Buscou-se aqui confirmar a necessidade da presença da literatura infantojuvenil no cotidiano escolar como forma de transformação social. A leitura proporciona ao leitor aprimorar seu caráter, sua personalidade, sua criatividade, imaginação e futuramente tornar-se um leitor crítico, apto a exercer sua cidadania, consciente da realidade social em que está inserido e das possibilidades de transformá-la.

Palavras-chave: Literatura Infantojuvenil. Leitura. Cidadania. Leitores.

ABSTRACT

The Children's Literature is an enriching source of knowledge and information and offers a pleasurable and playful method for children to embark on in the world of reading. Education has been concerned with contributing to the formation of a critical, responsible and active individual in society and children are fascinated by stories that foster their cognitive, intellectual, emotional and social development. It was sought here to confirm the necessity of the presence of children's literature in the daily school life as a form of social transformation. Reading allows the reader to improve his character, his personality, his creativity, his imagination and in the future to become a critical reader, able to exercise his citizenship, aware of the social reality in which he is inserted and the possibilities of transforming it.

Keywords: Children's Literature, Reading, Citizenship, Readers.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 BREVE HISTÓRICO DA LITERATURA INFANTOJUVENIL	12
3 A LEITURA E A ESCRITA NA EDUCAÇÃO INFANTOJUVENIL	16
4 A IMPORTÂNCIA DA LITERATURA INFANTOJUVENIL	19
5 A LITERATURA INFANTOJUVENIL NO AMBIENTE ESCOLAR	24
6 A EDUCAÇÃO INFANTOJUVENIL: UM PROCESSO EDUCATIVO NA CONSTRUÇÃO DO SER CRÍTICO NA SOCIEDADE	28
6.1 Formação do Ser Social em Leitor Crítico	32
7 O PAPEL DO PROFESSOR COMO MEDIADOR NO PROCESSO DE AQUISIÇÃO DA LEITURA E DA ESCRITA	34
8 CONSTRUINDO PARÂMETROS DE UMA ADEQUADA EDUCAÇÃO	36
8.1 Parâmetros Curriculares Nacionais: PCN'S	39
9 LITERATURA INFANTOJUVENIL NO CONTEXTO DOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS - PCN'S	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS	46

1 INTRODUÇÃO

A educação é o processo pelo qual o indivíduo se humaniza interagindo a sua natureza, conhecimentos e valores que o tornam membros da sociedade em que vive. Na criança, o processo educativo é mais abrangente, tendo na família sua fonte formativa, para determinação do seu caráter.

É, contudo, na escola que a criança faz sua educação, construindo e reconstruindo o seu saber, a partir dos meios e estratégias que o professor lhe oportunizar. Daí a importância de o professor trabalhar os valores de vida com seus alunos, a fim de ajudar na formação de futuros cidadãos críticos e conscientes que atuarão em uma sociedade com um novo olhar sobre a educação, tendo em vista a escola que temos e a que desejamos ter.

Nessa perspectiva, o conceito da arte dada à literatura infantojuvenil é de extrema importância entre os autores para o desenvolvimento do ser, ou seja, aguçando a sua imaginação no mundo mágico, fantástico e poético.

Portanto, pode-se afirmar que a Literatura Infantojuvenil deve levar à criança um poder que estimule seu potencial criativo, lhe oferecendo prazer ao mundo da imaginação e ao encantamento pela leitura.

A Literatura Infantojuvenil desenvolve o cognitivo da criança, onde facilita a aprendizagem e amplia o vocabulário, despertando para uma nova leitura de mundo que perpassa para um ambiente de alegria e prazer.

Sabe-se que as crianças têm forte ligação com os livros de literatura infantojuvenil, pois esses divertem, desenvolvem o raciocínio e permitem uma melhor compreensão. Para que as crianças tenham acesso a essa infinidade de conhecimentos faz-se necessário que dominem o processo da leitura, processo este que está intimamente ligado a educação escolar.

O uso da literatura infantil pode colaborar no processo de alfabetização. São linhas norteadoras que podem e devem estar presentes no cotidiano escolar das crianças desde muito cedo. Percebe-se que, a partir do momento que a criança entra em contato oral com o universo literário já inicia o desenvolvimento das habilidades que a tornarão um leitor eficiente.

A Literatura infantojuvenil trabalha ludicamente fazendo com que crianças e jovens partilhem conhecimentos de outros tempos, lugares e maneiras de ser.

Tem-se como linha de estudo, a Educação Infantojuvenil pautada em pesquisas descritivas explicativas, limitando-se a pesquisas bibliográficas, onde se mostrará respostas para o processo contínuo para despertar no educando o gosto pela leitura de mundo por meio da diversidade da literatura infantil e juvenil em busca da construção de um ser crítico social.

Nesse sentido, esse trabalho pretende investigar através de uma fundamentação teórica o lugar da literatura infantojuvenil no espaço escolar através dos PCN'S.

2 BREVE HISTÓRICO DA LITERATURA INFANTOJUVENIL.

A história mostra que, desde as suas origens, a literatura para crianças e jovens teve um papel equivocado, por servir apenas à Pedagogia escolar, sendo esta Literatura, um instrumento para a prática de boas maneiras e condutas. Mas, a literatura focada para crianças ou adultos é antes de qualquer coisa, uma arte.

Conforme Frantz afirma:

“Por buscar a essência, denunciando as aparências, é que a literatura atinge a universalidade, característica peculiar de toda arte. Ela pode partir do particular ao específico, mas busca atingir uma dimensão mais ampla que extrapola o espaço e o tempo.” (FRANTZ, 2011, p. 39)

Então, a literatura surge como uma necessidade de expressar experiências vividas pelas pessoas, ainda considerada uma arte, obtendo em cada época seu estilo, sua forma peculiar, mostrando a trajetória do homem no mundo. A Literatura Infantojuvenil mostrou-se como elemento importante para a formação da criança e atingiu objetivos mais significativos, levando a mesma ao maravilhoso, ao mundo da imaginação.

A Literatura infantil começou a delimitar-se no início do século XVIII, quando a criança passa a ser vista como um ser com características próprias e com necessidades individuais, sendo esta então, diferente dos adultos, antes disso, os livros eram destinados tanto para adultos, como para crianças, pois naquela época ela era vista como adulto em miniatura, onde compartilhavam a mesma literatura.

De acordo com Zilberman:

Antes da constituição deste modelo familiar burguês, inexistia uma consideração especial para a infância. Essa faixa etária não era percebida como um tempo diferente, o mundo da criança como espaços separados, pequenos e grandes compartilhavam dos mesmos eventos, porém nenhum ato amoroso especial os aproximava. (ZILBERMAN, 1990, p.13)

A descoberta da infância foi provocada por uma nova organização de núcleo familiar burguês, onde a criança passa a ser vista como um bem precioso e que precisa de um tratamento diferenciado dos adultos para que esta possa se desenvolver, aproximando-a de seus familiares.

A partir disso, como afirma Cunha (1996, p. 22) “[...] a criança passa a ser diferente do adulto, com necessidades e características próprias, pelo que deveria distanciar-se da vida dos mais velhos e receber uma educação especial, que a preparasse para a vida adulta.” Considerando o comentário da autora, percebe-se que a partir da valorização das crianças e jovens é que começam a surgir os livros destinados ao público infantojuvenil.

Deste modo, o gênero Literatura Infantil surgiu em parceria com a Pedagogia, sendo por que foram os pedagogos que criaram o livro destinado para o público mirim com o intuito de instruir as crianças. A partir de então, houve um aumento da escolarização – e a Literatura Infantil transformou-se em Literatura Infantojuvenil – nessa época teve como finalidade o teor moralizante, dogmática e utilitária para preparar a criança para o novo convívio social recebendo valores necessários para o seu desenvolvimento para que atuasse na sociedade.

As primeiras obras destinadas ao público infantojuvenil foram escritas por Perrault com sua obra “Chapeuzinho vermelho”, “Gato de botas”. Assim também como os Irmãos Grimm, com suas obras que marcaram todo um período, a exemplo “A Branca de neve”, “Os músicos de Bremen”, contribuíram com a diversidade de obras destinadas a esse determinado seguimento.

Em fins do século XIX a Literatura Infantojuvenil aparece no Brasil, e de acordo com Saraiva (2001) “apresenta-se em quatro fases, que limitadas pelas concepções ideológicas, mostraram-se as dificuldades que o gênero apresentou para conquistar hegemonia e ser reconhecido como produção artística”. Sendo elas;

A primeira fase compreende o final do século XIX e o início do século XX, nesse primeiro momento as primeiras tentativas para o leitor infantil e juvenil é de caráter norteador das leituras surgidas no velho mundo, leituras voltadas para Geografia, História de Portugal e História natural. O principal compromisso relacionado à Pedagogia nessa fase é marcado pela modernização do país, assumida pelos intelectuais que estavam mais preocupados com o momento histórico do que com a própria educação, e por meio da escola, acreditavam que poderiam obter esse objetivo, assim como transmitir valores patrióticos ao povo, começando pelas crianças.

Já a segunda fase abrange o período de 1920-1945, época de grande manifestação política, intelectual e artística. Essa turbulência social atingiu também

a educação, que por sua vez, era apenas um sistema fragilizado e como consequência haviam altos índices de analfabetismo.

Essas condições de educação mostravam um atraso no Brasil e para que este fosse inserido no nome de grandes nações era necessário que se pensasse em uma educação melhor, surgindo assim a Escola Nova, dando um olhar diferenciado para o país, como uma educação ao mesmo tempo intelectual que fosse também preparatória para o trabalho prático e para a atuação de atividades desportivas.

De acordo com Cademartori afirma que:

As leituras dos textos de Lobato possibilitam uma nova experiência da realidade. Conserva as vivências já adquiridas e antecipa a possibilidade das outras serem experimentadas. Rompe com a moral oficial. Sua obra estimula o leitor a ver a realidade através dos conceitos próprios. A moralidade tradicional é dissolvida. Dá lugar à inteligência. (CADEMARTORI, 1986, p. 51)

Culturalmente, nesse período foram marcantes as inovações artísticas e a Literatura infantojuvenil nascia oficialmente pelas mãos de Monteiro Lobato, que colocava em suas histórias, temáticas de aproximação entre a linguagem e o tom coloquial que caracterizava a fala brasileira. Por conseguinte, aumentou o número de obras disponíveis para este público.

Monteiro Lobato foi o primeiro escritor para o leitor mirim que teve compromisso com a infância, conseguiu resgatar o imaginário das crianças e até hoje suas obras fazem muito sucesso por estimular a imaginação, e despertar a curiosidade, contribuindo para um cidadão mais crítico. Suas obras são inúmeras e todas elas cheias de emoção, mostrando sempre a realidade brasileira. Entre suas principais obras, podemos destacar: “Urupês”, “A menina do narizinho arrebitado” e “Sítio do pica-pau amarelo”.

A terceira fase foi compreendida nas décadas de 50 e 60, que foram marcadas por uma forte repressão e com a censura aos meios de comunicação a Literatura infantojuvenil nesse período assumiu um caráter conservador, onde seus temas e o ambiente explorados em suas histórias privilegiavam a agricultura.

A quarta fase período compreendido pelas décadas de 70 e 80, em termos de obras para o público infantojuvenil, foi de expressivo aumento de autores e de livros para a disposição do público. Neste período, os livros infantojuvenis enfocavam

obras com temas diversificados, abandonando-se o enfoque didático pedagógico para mostrar personagens e enredos livres do estigma de modelos exemplares.

Assim, analisando o percurso e o contexto que a literatura infantojuvenil enfrentou para de fato se concretizar, a partir de suas fases, é de suma importância para que possamos entender por que a literatura destinada à criança é extremamente significativa no mundo contemporâneo.

Percebe-se que a partir de um sentimento maior de afeto para as crianças e jovens é que surge a literatura destinada a esse público, que gradativamente foi se aperfeiçoando e se diferenciando do que era uma Literatura sistemática para uma mais abrangente, despertando na criança seu potencial imaginário e criativo.

3 A LEITURA E A ESCRITA NA EDUCAÇÃO INFANTOJUVENIL

No Brasil, até os anos 1960 do século XX, predominava o discurso da “maturidade para a alfabetização”. Em outras palavras, a aprendizagem da leitura e escrita resultaria de um “amadurecimento” e estaria condicionado a esse “desabrochar natural”.

Sendo assim, é por meio da leitura que as pessoas podem ter acesso ao legado cultura da humanidade, construído ao longo dos anos. A leitura na Educação Infantojuvenil tem um papel fundamental na vida de uma pessoa. Nessa fase, a criança e o jovem descobre o mundo que a cerca e observa com cuidado e curiosidade a tudo e todos que estão a sua volta. Quem lê tem acesso a informações “privilegiadas” e sai na frente em qualquer disputa, pois vivemos em um mundo altamente letrado. O sujeito letrado é aquele que, além de saber ler e escrever faz uso competente da leitura e da escrita. E a habilidade em um nível satisfatório só se atinge com o hábito e com (re)conhecimento e uso de uma grande variedade de gêneros.

A Literatura é, sem dúvida, uma das expressões mais significativas dessa ânsia permanente de saber e do domínio sobre a vida, que caracteriza o homem de todas as épocas. Sentimento que permanece latente nas narrativas populares, parábolas, contos exemplares, mitos, lendas, sagas, contos jocosos, romances, contos maravilhosos, conto de fadas... Fazem parte dessa heterogênea matéria narrativa que está na origem das literaturas modernas e guarda um determinado saber fundamental.

Todas essas formas de narrar pertencem ao caudal de narrativas nascidas entre os povos da antiguidade, que, fundidas, confundidas são transformadas.

Conforme Coelho assegura que:

(...) Se espalharam por toda parte e permanecem até hoje como uma rede, cobrindo todas as regiões do globo: o caudal de literatura folclórica e de velhos textos novelescos que, apesar de terem origens comuns, assumem em cada um caráter diferente. (COELHO, 1991, p. 13)

Desde os tempos mais remotos a humanidade sentiu necessidade de narrar os fatos ocorridos no seu dia a dia e de contar também os acontecimentos que ainda

não compreendia. “Os homens inventaram as histórias para não sentirem medo” disse Carlos Garcia no documentário Histórias, dirigido por Paulo Siqueira em 2005.

As histórias narram o que é genuinamente humano. Elas falam de nós mesmos. Por isso precisa-se tanto delas. As histórias da literatura, antes de estarem nos livros, um dia foram entoadas, cantadas, dançadas e declamadas. Os homens passavam por uma tempestade com raios, trovões, ventos fortes e não sabiam explicar a razão de tais acontecimentos na natureza e outros tantos que assistiam com horror e desconhecimento. Dessa forma conseguiram registrar, guardar e transmitir aos seus parceiros os acontecimentos vividos, observados, e todo o conhecimento adquirido ao longo do tempo.

A linguagem oral surgiu muito antes da escrita e foi por meio da oralidade que a humanidade guardou na memória os saberes, as histórias dos grupos sociais e culturais. Além disso, as histórias nos fazem sonhar, imaginar – ações necessárias para o equilíbrio interno de uma pessoa.

Como diz Antônio Cândido, professor crítico literário:

O cidadão deve ser também um homem que consegue ter o seu equilíbrio interior. Para alguém ter equilíbrio interior é preciso dosar muito sabiamente a proporção de real e a proporção de fantasia que fazem parte da realidade/ existência de cada um de nós e a literatura é a forma mais alta e mais sistematizada de elaboração da fantasia. Portanto, a literatura se torna uma auxiliar fundamental para a vida harmoniosa. (CÂNDIDO, 1972, p. 193)

Além das histórias milenares, também se tem as narrativas pessoais. Histórias de vida, carregadas de sensações, sentimentos, de passagens alegres, tristes, vitoriosas, frustrantes, modificadas em seus detalhes para ficarem mais divertidas, para ganharem mais emoção. Histórias dos antepassados (os quais muitas vezes nem se chega a conhecer), e que estava longe de viver, mas das quais se faz parte. Elas são histórias que fazem parte da construção da identidade de um povo.

Portanto, faz muito sentido pensar a literatura como porta de entrada para leitura das crianças. As histórias abordam situações muito próximas do seu cotidiano, falam de famílias, diferentes culturas e épocas, dos sentimentos, das relações, alimentam a imaginação e a fantasia, e contribuem com a socialização.

A convivência com a literatura possibilita que a criança conheça o uso especial da palavra e que oferece oportunidade de o real tornar-se mágico, de poder brincar no mundo do faz de conta e relacionar a realidade com a imaginação.

Na Literatura Infantojuvenil os momentos de leitura não devem ser restritos apenas à literatura. As crianças e os jovens são muito observadores, formulam boas perguntas, relacionam o conhecimento que já possuem com novas informações, levantam hipóteses, fazem comparações e são capazes de compreender as leituras de textos informativos. A leitura é uma fonte na qual pode-se beber para ampliar os conhecimentos. Fonte inesgotável com muitos suportes: dicionários, enciclopédias, revistas, folhetos explicativos, livros paradidáticos, jornal, internet, coleções.

Algumas pessoas podem pensar que os textos informativos são muito complicados e de difícil compreensão para as crianças e os jovens. Mas o que se sabe é que se faz necessário, e urgente, transformar práticas tradicionais em propostas mais interessantes e inteligentes que permitam à criança a construção de seu conhecimento de uma forma mais participativa e enriquecedora.

Aprender a ler significa atribuir sentido à leitura. Não se trata apenas de decifrar códigos, ainda que isso seja necessário. É preciso compreender o que se lê e estabelecer relações com outros conhecimentos.

4 A IMPORTÂNCIA DA LITERATURA INFANTOJUVENIL

O processo que a Literatura Infantojuvenil enfrentou para de fato se concretizar, foi muito longo, visto que, só foi possível obter uma literatura propriamente dita para as crianças e jovens, a partir do surgimento de sentimento por eles, percebendo que tinham características diferentes dos adultos, no qual as mesmas precisavam de uma educação diferenciada, para que pudessem se tornar cidadãos críticos, independentes e confiantes de si.

Visto que, nos dias de hoje a criança e o jovem tem essa educação diferenciada, com metodologias e práticas apropriadas no sentido de ter uma aprendizagem significativa. Mas, será que de fato está condizente ao que a criança realmente necessita? Com instrumentos, recursos que de fato fazem sentido para ela?

A criança e o jovem que está na fase da educação infantojuvenil é um ser em constante transformação, sempre indagando, procurando, investigando e a escola tem um papel primordial no que diz respeito a abrir caminhos para essa busca, sendo o professor o mediador do seu conhecimento.

Um dos caminhos para leva-los a um desenvolvimento efetivo, onde eles poderão aprender “brincando” é por meio da Literatura Infantojuvenil, um instrumento de grande valor dentro da sala de aula, tornando a aula mais significativa para o aluno, assim como tornando a permanência deste, um momento mais prazeroso.

Mas antes mesmo da criança ingressar na escola é muito importante que a leitura de histórias se faça presente desde o nascimento, como aponta Oliveira:

Contar e ler histórias para as crianças desde seus primeiros anos de vida é uma prática salutar que desabrocha dentro dela o gosto pela literatura. Dez a quinze minutos por dia ou por semana dedicados à literatura serão de grande importância para despertar o gosto pela leitura. (OLIVEIRA, 1996, p. 30)

Sendo assim, a criança que desde muito cedo tem contato com as obras literárias, a partir da audição de histórias, ela poderá ir se apropriando de palavras novas, significado de objetos, despertando seu imaginário assim como fomentando o gosto pela literatura.

Nesse momento, a família tem uma participação especial, pois a partir do momento que a família promove essa participação no mundo da leitura, a criança vai ter a motivação necessária para mergulhar nesse universo de magia que são as histórias infantis, tornando-a mais feliz e estreitando os laços amorosos com a família.

A leitura então, deve se constituir num momento de alegria, pois é a partir daí que a criança vai criando o gosto pela leitura, assim como pela Literatura Infantojuvenil.

Oliveira afirma que:

A criança que desde muito cedo entra em contato com a obra literária escrita para ela terá uma compreensão muito maior de si e do outro; terá a oportunidade de desenvolver seu potencial criativo e alargar seus horizontes da cultura e do conhecimento; terá ainda uma visão melhor do mundo e da realidade que a cerca. (Oliveira, 1996, p. 24)

Vista dessa forma, a literatura é um instrumento que colocado na vida das crianças desde muito antes de entrar na escola, pode desenvolver nas mesmas muitas possibilidades como, estimular o modo de pensar e raciocinar, lidando mais facilmente com os problemas do dia a dia, principalmente no ambiente escolar, tornando-a um jovem crítico e apreciador de leituras.

Além disso, terá a oportunidade através da Literatura Infantojuvenil de aprender coisas novas assim como ampliar seu vocabulário, para que na continuidade da sua vida escolar, ela possa ter uma visão de mundo mais amplo, tornando-se um cidadão hábil no processo de ler e escrever.

Oliveira (1996) diz ainda, que: “muitos teóricos em literatura infantojuvenil vem despertando a atenção de educadores para uma prática onde a literatura se faz presente”. Pois, essa prática dentro da sala de aula, tornará a aula em um momento prazeroso, assim como tendo um desenvolvimento positivo na criança.

A literatura infantil pode contribuir significativamente no processo de desenvolvimento da criança na educação infantil, uma vez que o educador deve ter em mente como utilizar a literatura dentro da sala de aula, pois não se pode confundir a Literatura Infantojuvenil com cobrança, impondo a leitura como forma de atividade mecânica, obrigando o espectador (criança/jovem) a se interessar por um livro que muitas vezes não está condizente ao interesse e faixa etária do aluno. Cobranças desse tipo podem acabar profundamente com a motivação do aluno à

leitura, pois essa prática deve se constituir de um momento que de acordo com Oliveira (1996, p. 28) “é capaz de provocar riso, emoção e empatia com a história, fazendo o leitor voltar mais vezes ao texto para sentir as mesmas emoções”, pois essa é a grande finalidade da literatura, onde o aluno a partir das suas dúvidas e sentimentos poderá aprender, e o mais importante sem cobranças.

Pode-se perceber que a Literatura Infantojuvenil é muito importante para o desenvolvimento da criança em todos seus aspectos, sendo eles emocionais, cognitivos e sociais. Pode ser para a criança e o jovem tanto um momento de imaginação, sentimento e criação, como de aprender e estimular o gosto pela leitura.

Wornicov (1986) afirma a ideia de que “a literatura para crianças pode ter várias funções com os alunos dependendo do momento e levanta um questionamento a respeito se essa literatura pode se constituir num alargamento da visão de mundo do aluno”.

De acordo com o exposto acima, é possível perceber que a literatura contempla várias funções, podendo provocar na criança vários sentimentos, e o professor sabendo disso pode promover aos seus alunos momentos com o livro onde esses aspectos poderão ser trabalhados, como de recreação, o de fantasia e de aprendizagem.

Analisando ainda os diferentes modos como a criança pode se relacionar com os livros percebe-se que, a literatura infantojuvenil é sem dúvida um instrumento de maior significado para elas, principalmente dentro do ambiente escolar.

Dessa forma, o professor ainda tem a oportunidade de diferenciar sua metodologia, mas nunca deixando de lado o livro, pois ele poderá ser trabalhado em qualquer eixo temático na Educação infantil, deve-se apenas tomar cuidado para que a leitura do livro não seja para a criança apenas um momento de atividade disciplinar, mas sim, se constituir num momento de lazer, que poderá ser lido pelo professor em qualquer situação.

A literatura pode abranger vários momentos dentro do ambiente escolar, e pode contemplar os eixos que são trabalhados na Educação infantojuvenil, como Linguagem, Matemática, Filosofia, Sociologia, entre outros que são muito importantes para a criança e o jovem.

É por meio da história que o aluno pode descobrir as coisas do mundo que a cerca, é poder manifestar suas emoções, é suscitar o imaginário, é encontrar ideias

para resolver problemas, enfim, é um salutar de manifestações que a criança e o jovem pode desenvolver plenamente a partir da Literatura Infantojuvenil.

Ainda em relação à aprendizagem e à importância que a Literatura Infantojuvenil tem nesse processo, Abramovich enfatiza sobre a questão da didática, pois se a literatura para as crianças e jovens se resulta somente nesse aspecto, deixa de ser literatura, dizendo que:

É através duma história que podem descobrir outros lugares, outros tempos, outros jeitos de agir e de ser, outra ética, outra ótica... É ficar sabendo História, Geografia, Filosofia, Política, Sociologia, sem precisar saber o nome disso tudo e muito menos achar que tem cara de aula... Porque, se tiver, deixa de ser literatura, deixa de ser prazer e passa a ser didática [...]. (ABRAMOVICK, 1997, p. 17)

Sendo assim, faz-se necessário compreender que a Literatura Infantojuvenil deve se constituir de um instrumento onde o professor pode utilizar para complementar suas aulas tornando-as mais lúdicas e prazerosas para o aluno, sem ser de maneira exclusivamente sistemática, facilitando o aprendizado das crianças e contribuindo de maneira significativa para seu desenvolvimento.

O livro para a criança deve ter uma tarefa fundamental, que é a de servir como agente de formação, onde o aluno possa aprender espontaneamente, a escola através dos seus meios, deve oportunizar momentos para que aconteça o diálogo entre a criança e o livro.

E o professor e a literatura terão a responsabilidade de formar cidadãos mais conscientes, e Coelho enfatiza sobre esse assunto, dizendo que:

A literatura, em especial a infantil, tem uma tarefa fundamental a cumprir nesta sociedade em transformação: a de servir como agente de formação, seja no espontâneo convívio leitor/livro, seja no diálogo leitor/texto estimulado pela escola. (COELHO, 2000. p. 15)

Analisando o exposto acima, é possível perceber que a escola hoje é um lugar privilegiado para formar nos alunos o hábito da leitura, estimulando-os e orientando-os, pois as obras literárias sendo colocadas ao alcance dos alunos de maneira libertária e lúdica pode contribuir para o seu desenvolvimento, abrindo espaços para uma nova aprendizagem.

É importante enfatizar ainda que a literatura infantojuvenil liberta a criança para uma nova realidade, onde a mesma pode apagar da sua mente momentos tristes e

interiorizar sentimentos gostosos. Além do mais, de acordo com Dinorah, “uma história incorporada ao sonho de uma criança é esperança e força nos momentos difíceis da vida e, certamente, enriquecimento da velhice...” (DINHORAH, 1995, p.19).

Assim, é possível compreender que a criança/jovem que tem contato com Literatura Infantojuvenil desde bem pequena, poderá crescer e se tornar uma pessoa mais confiante, crítica, responsável, além do que será um leitor fluente, aquele que consegue facilmente lidar com as situações do dia a dia.

Alguns teóricos enfatizam sobre a questão da literatura ser apenas uma questão de entretenimento ou se basear somente na pedagogia, e compreendemos que a Literatura propriamente dita, deve contemplar os dois, pois como foi discutido ao longo desse trabalho, é possível perceber que ela é sem dúvida um instrumento que suscita o imaginário, lúdico, fantástico, e ao mesmo tempo é uma abertura para a formação de uma nova mentalidade, proporcionando a criança e ao jovem momentos de brincadeiras, assim, como de aprender coisas novas. E Por que não aprender de forma divertida, lúdica, sendo esta através da Literatura Infantojuvenil?

Nesse contexto, é por meio da Literatura Infantojuvenil, no conto de diversas histórias, e a orientação do professor, este que terá uma grande importância dentro da sala de aula, estimulando nos alunos o hábito da leitura, a literatura terá a possibilidade de desenvolver nas crianças/jovens a criatividade, imaginação criadora, a sociabilidade, senso crítico, entre outros.

E afirmando o exposto acima, Coelho diz que:

Acreditamos que a literatura (para as crianças e para os adultos) precisa urgentemente ser descoberta, muito menos como mero entretenimento (pois deste se encarregam com mais facilidade os meios de comunicação de massa), e muito mais como uma aventura espiritual que engaje o eu em uma experiência rica de vida, inteligência e emoções. (COELHO 2000, p. 32)

Compreende-se então, que a Literatura Infantojuvenil tem um papel importante na formação da criança/jovem, ela poderá abrir caminhos para que a mesma possa se desenvolver plenamente. É ter suas dúvidas respondidas, é encontrar novas ideias para solucionar problemas, enfim, são imensas as possibilidades que a Literatura Infantojuvenil tem a proporcionar no desenvolvimento da criança.

5 LITERATURA INFANTOJUVENIL NO AMBIENTE ESCOLAR

Todo tempo é tempo de aprender dentro da escola. A criança não aprende somente quando está fazendo atividades, muitas vezes, denominadas de pedagógicas. Tudo que ocorre na escola é educativo. Concomitantemente às atividades voltadas ao cuidar, às práticas sociais que o dia a dia na escola oferece às crianças e aos jovens são ótimas oportunidades de desenvolvimento e aprendizagem.

Para a criança é muito importante garantir uma rotina que lhe dará segurança e a apoiará na construção de noções de tempo. Garantir boas situações de leitura significa promover situações previamente planejadas que auxiliarão a criar o hábito de ler, a construir uma postura de leitor e aprender comportamentos leitores tão determinantes para que a leitura aconteça de forma eficaz e com sentido. Mas é preciso cuidado para que não se caia numa rotina monótona e desmotivadora. A criança e o jovem são seres em desenvolvimento, que já possuem muitos saberes, são muito ativos e cheios de curiosidade sobre o mundo que os cerca.

Para trabalhar a leitura é preciso oferecer tempo para ler e falar sobre ela. Se a criança ou o jovem observa que ler é importante para o adulto, isso para ela também será importante. Se ela observa que a leitura aparece com regularidade na rotina da escola, em práticas sociais, aprende que é algo importante, útil, valorizado e passa a considerá-la igualmente.

Sabe-se que as histórias, o contato com os livros e a ampliação do repertório literário são importantíssimos para essa fase. A leitura na educação infantil e juvenil é considerada uma atividade permanente que acontece de forma sistemática e possibilita a familiarização com novos conteúdos e conhecimentos por meio de representações constantes.

A Literatura é espaço de construção de subjetividades, portanto o mesmo livro pode levar pessoas diferentes a lugares diversos, mexer com as sensações e sentimentos. Toda história já possui uma mensagem e o mais interessante é que cada um percebe de uma forma. Claro que num texto existe o que o autor quis dizer. Acontece que, depois que ele coloca sua ideia no papel, ela não mais lhe pertence. Para o leitor, outras ideias serão geradas e, a partir dela, diferentes conhecimentos serão acionados e assim cada um terá mais ou menos interesse, de acordo com suas interpretações, relações, sonhos, sentimentos, sensações e emoções.

Conforme o que o que afirma Strausz:

[...] Literatura infantil passou a ser o texto que oferece palavras e imagens mentais que permitem ao leitor se expressar, se entender, se encontrar. E, para que isso aconteça, não pode estar fechado em torno de uma mensagem única. De preferência, deveria deixar de lado a preocupação com mensagens e se concentrar nas possibilidades de expressão que existem no encontro do texto com o leitor. (STRAUSZ, 2005, p.184)

Uma mesma narrativa pode gerar inúmeras interpretações. Uma mesma “palavra” pode gerar inúmeros significados. Cada leitor atribui um sentido de acordo com o que viveu e por isso é considerado coautor do texto.

A literatura infantojuvenil, desde sua origem, instiga a uma reflexão que procura definir sua condição nas artes em geral. Tendo o gênero uma especialidade, desta e de outras formas de manifestação artística, devido a caracterização do adjetivo “infantojuvenil” e sua íntima ligação com o universo escolar. Há, porém, a reflexão sobre a apropriação que a escola faz desse gênero.

Apesar de hoje existir uma forte tendência em separar as questões pedagógicas da obra literária, o ponto de chegada para as diferentes propostas é a escola, local onde se formam os leitores.

De acordo com Paiva Rodrigues:

São múltiplos os fatores que contribuem para que a Literatura Infantil se faça cada vez mais presentes em nossas escolas: o crescente desenvolvimento editorial da produção voltada para esse segmento; a qualidade das obras produzidas por escritores e escritoras brasileiros (reconhecida mundialmente); as políticas públicas preocupadas com a formação do leitor; a divulgação de títulos e autores brasileiros por organismos públicos e privados; as recomendações explícitas dos PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais – para o desenvolvimento de práticas de leitura em todos os níveis de ensino; o empenho de docentes e principalmente o fato de a instituição escolar cumprir a função de democratizar o livro, num país de poucas bibliotecas e de praticamente inexistente compra de livros em livrarias por esse segmento da população que frequenta a escola pública. (RODRIGUES, 2009, p.103)

A Literatura Infantojuvenil é arte e como tal deve ser apreciada e corresponder às expectativas do leitor, nesse caso, da criança. Dessa forma ela pode saciar seu apetite pelo belo e pelos anseios da imaginação. É por meio da leitura que a

criança/jovem desperta uma nova relação com diferentes sentimentos e visões de mundo, adequando, assim, condições para o desenvolvimento intelectual e a formação de princípios individuais para medir e codificar os próprios sentimentos e ações.

De acordo com Coelho que afirma:

[...] A escola é hoje, o espaço privilegiado, em que deverão ser lançadas as bases para a formação do indivíduo. E nesse espaço privilegiamos os estudos literários, pois, de maneira mais abrangente do que quaisquer outros, eles estimulam o exercício da mente; a percepção do real em suas múltiplas significações; a consciência do eu em relação ao outro; a leitura do mundo em seus vários níveis e principalmente dinamizam o estudo e conhecimento da língua, da expressão verbal significativa e consciente – condição sine qua non para a plena realidade do ser. (COELHO, 2000, p.16)

A principal atividade desenvolvida na escola é a formação de alunos leitores. É fundamental saber ler e muito mais compreender o que foi lido. “Ler é uma atividade extremamente complexa e envolve além da decodificação, contextos culturais, ideológicos, filosóficos”. (CAGLIARI, 2009)

Quando se fala de literatura, fala-se de uma relação bastante estreita entre leitor e leitura. O leitor, no momento da leitura, ativa sua memória, relaciona fatos e experiências e entra em conflito com seus valores. Nesse aspecto a literatura infantojuvenil torna-se uma aliada da escola em suas várias possibilidades: divertindo, estimulando a imaginação, desenvolvendo o raciocínio e compreendendo o mundo.

A Literatura Infantojuvenil é como uma manifestação de sentimentos e palavras, que conduz a criança/jovem ao desenvolvimento intelectual, de sua personalidade, satisfazendo suas necessidades e aumentando sua capacidade crítica.

Torna-se imprescindível criar no ambiente pedagógico um clima favorável à leitura, quando se lê por imposição, o leitor apenas exerce uma função mecânica que prejudica o real valor da literatura como obra literária.

A esse respeito Zilbermam (1988) descreve que: “a sala de aula é um espaço privilegiado para o desenvolvimento do gosto pela leitura, assim como um campo importante para o intercâmbio da cultura literária, não podendo ser ignorada, muito menos desmentida sua utilidade”. Por isso, o educador deve adotar uma postura criativa que estimule o desenvolvimento da criança.

A literatura tem sua importância no âmbito escolar devido ao fornecimento de condições que propicia a criança/jovem em formação. Considerando ainda que a escola tem como função primordial o ensino da leitura e da escrita, o professor desempenha papel fundamental dentro desse processo. Ele deve ser o parceiro, mediador e articulador de muitas e diferentes leituras.

Sabe-se que a literatura é um processo de contínuo prazer, que ajuda na formação de um ser pensante, autônomo, sensível e crítico que, ao entrar nesse processo prazeroso, se delicia com histórias e textos diversos contribuindo assim para a construção do conhecimento e suscitando a imaginação.

Conforme Zilbermam (1988), a preservação das relações entre: “a Literatura e a escola, ou o uso dos livros em sala de aula compartilham um aspecto comum: a natureza formativa, porém com o cuidado de manter o foco da obra Literária como arte expressiva preservando sua qualidade estética”.

6 A EDUCAÇÃO INFANTOJUVENIL: UM PROCESSO EDUCATIVO NA CONSTRUÇÃO DO SER CRÍTICO NA SOCIEDADE

A educação e o cuidado na primeira e na segunda infância têm sido assuntos frequentes e de grandes discussões. Considerando que a educação infantojuvenil é a base do processo educativo, esta deve ser um ambiente onde a infância e a juventude passa a ser vivida em toda sua plenitude, conforme estabelece a LDB no artigo 29 ao dispor que a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológico, intelectual e social, completando a ação da família e da sociedade. Dessa maneira, é dever do Estado assegurar às crianças de zero a seis anos de idade o atendimento em creche e pré-escola segundo dispõe o artigo 30. Conforme Antunes (2004) “esse atendimento deve ser planejado de modo de que não se separe a ideia do brincar da ideia do aprender e que proporcione um ambiente propício para descobertas possibilitando a criança a construir o seu próprio conhecimento”.

Nesse contexto, vale ressaltar que as crianças desde o nascimento estão em constante interação com os adultos, que logo procuram incorporá-las as suas relações e a sua cultura. Percebe-se que quase todos os comportamentos humanos são resultados da convivência com os demais. Logo, a família constitui o maior agente socializante, isto é, as experiências da criança e do jovem no âmbito familiar, particularmente com a mãe, são de grande importância para determinar seu comportamento em relação aos outros.

Hermida enfatiza que:

[...] a educação infantil precisa ser muito mais qualificada. Ela deve incluir ao acolhimento, a segurança, o lugar para a emoção, gosto, para o desenvolvimento da sensibilidade; não podendo deixar de lado o desenvolvimento das habilidades sociais, nem o domínio do espaço e o do corpo e das modalidades expressivas, deve privilegiar o lugar para a curiosidade e o desafio. (HERMIDA, 2007, p. 227)

Portanto, é dever da escola contribuir para o desenvolvimento e a realização do ser humano. A formação da criança/jovem no seu desenvolvimento global indica ter uma preocupação em considerá-la em todas as suas dimensões, tanto nas necessidades físicas como sociais, ou seja, educá-la e cuidá-la, pois na prática

pedagógica segundo autores da educação infantojuvenil, o cuidar e o educar são indissociáveis.

Todavia, a grande responsabilidade da educação infantil é compreender o jeito especial de cada criança, de seu estar no mundo, respeitando o seu tempo, o seu estilo incomum de ser e a sua individualidade. É importante que seja oferecido um ambiente rico em atividades lúdicas ao passo que proporcione um desenvolvimento sadio, desenvolvendo assim, habilidades motoras, que aumente a integração e estimule a sensibilidade; favoreça espaços livres que possibilitem as crianças se lançarem de maneira livre em suas ações criativas. Valorizar o contexto sociocultural em que se encontra o empreendimento, visto haver variação individual e cultural no uso e interpretação do meio ambiente, ou seja, dar maior atenção às características sócio físicas dos ambientes e as relações entre estes e a criança/jovem, garantindo a ela oportunidades de contato com espaços variados tanto construídos pelo homem quanto naturais, é uma maneira de proporcionar à infância e à juventude condições plenas de desenvolvimento, gerando a consciência de si e do entorno que são provenientes da riqueza experiencial.

Para que se realize um trabalho eficaz na educação infantil e juvenil, precisa-se ter um olhar sensível para as vivências, ações e reações das crianças no cotidiano escolar, estabelecendo a criança/jovem como um sujeito afetivo, criando vínculo emocional que fortaleça a relação entre adultos e crianças, permitindo espaço para o diálogo e reflexão.

O Educador que atinge esse nível de ensino, conhece o processo educativo, pois é fundamental que o profissional tenha clareza e consciência quanto as intenções educativas que norteiam seu trabalho e elabore propostas claras sobre o que, quando e como ensinar, a fim de possibilitar atividades de ensino e aprendizagem de maneira adequada e coerente com seus objetivos, enriquecendo e promovendo o desenvolvimento das crianças.

Acredita-se que os ambientes escolares devem ter qualidade em seu atendimento, tanto no espaço físico quanto na preparação dos profissionais, garantindo os direitos básicos, a educação e um cuidado atencioso às crianças e jovens. Diante dos argumentos expostos, percebe-se a importância dada à Educação Infantil e juvenil, pois a criança e o jovem que tem o privilégio de fazer parte desse espaço educativo passa ser “educada” e a relacionar-se com os objetos

e materiais presentes de forma diferenciada, tendo também seu comportamento modificado.

O que pode ser exigido como marco maior de todo o processo de educação infantojuvenil é o trabalho de formação para a cidadania. Ser cidadão significa ser tratado com urbanidade e aprender a fazer o mesmo em relação às demais pessoas, ter acesso às formas mais interessantes de conhecer e aprender a enriquecer-se com a troca de experiências com os outros indivíduos.

Isso implica tomar consciência de problemas coletivos e relacionar a experiência da própria comunidade com o que ocorre em outros contextos. A educação para a cidadania inclui aprender a tomar a perspectiva do outro – da mãe, do pai, do professor, de outra criança ou jovem, de quem perdeu a mãe, de quem tem o pai muito doente ou preso na penitenciária – a ter consciência dos direitos e deveres próprios e alheios. As crianças e os jovens podem conversar sobre esses aspectos ou refletir sobre eles com base, por exemplo, em enredos criados no faz-de-conta.

Educar para a cidadania envolve a formação de atitudes de solidariedade para com os outros, particularmente com aqueles com dificuldades de superação egoístas, implica fazer gestos de cortesia, preservar o coletivo, responsabilizar-se pelas próprias ações e discutir aspectos éticos envolvidos em determinada situação. Incluir para cada criança/jovem, é poder se expressar e respeitar a expressão do outro, em relação a sentimentos, ideias, costumes, preferências, ser aceita em suas características físicas e morais, receber demonstração de interesse quando não comparece a escola, demonstrar interesse em saber as razões da ausência de outra criança e criar formas não violentas de solução de conflitos.

A situação educativa torna-se com isso o ambiente ideal para o cultivo da tolerância, do combate a preconceitos, de aprendizado com base nas diferenças. Para tanto, uma educação para a cidadania pode promover a realização de assembleias em que as crianças e os jovens escolham e depois avaliem seus projetos de trabalho, que podem por sua vez incluir atividades de preservação ambiental e reciclagem de materiais, entre outras. Ademais, envolve aprender, em cada situação, a dar respostas mais adequadas a formação de atitudes éticas.

O direito de aproveitar plenamente a infância e a de construírem-se como cidadão deve ser somado ao direito das crianças e jovens com necessidades educativas especiais de serem incluídas no sistema de ensino o que, sem dúvida,

ainda é um tópico polêmico para muitos. Daí a importância de trabalhar com as equipes das escolas novas concepções acerca da pessoa com necessidades especiais, combatendo preconceitos e desenvolvendo novas atitudes.

Para o conjunto das crianças da educação infantil, a possibilidade de interagir e partilhar experiências com crianças com necessidades educacionais especiais será oportunidade valiosa para ampliar a noção de amizade, a compreensão, a aceitação e a avaliação das diferenças entre as pessoas. Essa meta de promoção do clima de convivência democrática tem se mostrado marcantes nas propostas mais avançadas de educação infantojuvenil neste século, elaboradas em sociedades diversas, com suas possibilidades e contradições.

A construção social crítica da criança e do jovem visa uma compreensão de pontos básicos sobre como cada um se desenvolve em sua cultura. Em algumas culturas afirma-se que crianças pequenas devem ocupar-se apenas do jogo livre infantil. Em outras, desde muito cedo a criança é instigada pela família a auxiliar pelo menos em tarefas domésticas, não sendo raro que algumas desempenham tarefas de trabalho produtivo ou peçam esmolas nas ruas das cidades.

A presença de aspectos políticos nas explicações sobre o desenvolvimento humano pode ser notada quando se analisam as orientações, apresentadas em diferentes épocas históricas, sobre as formas consideradas melhores para cuidar de crianças e jovens e educá-los.

A moralidade religiosa, por exemplo, já foi a principal orientação dada a educação de infantes. Após a Segunda Guerra Mundial, ideias da psicologia e da psicanálise ocuparam o foco central da prescrição de bons hábitos educativos, como argumentos para capacitar cada vez mais cedo as novas gerações, com o objetivo de desenvolvê-las com acelerado ritmo de transformação. Valores sociais, preocupações pragmáticas, instituições extraídas da experiência cotidiana são elementos que colaboram para delinear os objetivos, atividades e estratégias de ensinamentos adequados aos níveis de desenvolvimento das crianças e jovens atendidos e as exigências sociais que se apresentam para eles. Assim, o educador deve conhecer não só teorias sobre como cada um reage e modifica sua forma de sentir, pensar, falar e construir coisas, mas também o potencial de aprendizagem presente em cada atividade realizada na instituição de educação infantil e juvenil.

Segundo Vygotsky (1984): “a criança transforma as informações que recebe de acordo com as estratégias e conhecimentos por ela já adquiridos em situações

vividas com outros parceiros mais experientes.” O pensamento é, assim, formado na vida social, à medida que os modos de organização do ambiente presente em determinado contexto social fornecem aos indivíduos nele imersos, os objetivos, os conhecimentos, as técnicas e os motivos necessários ao desempenho das tarefas sociais historicamente construídas naquela cultura.

Wallon *apud* Oliveira (2002, p. 130) toda pessoa constitui um sistema específico e ótimo de trocas com o meio. “Tal sistema integra suas ações num processo de equilíbrio funcional que envolve a motricidade, afeto e cognição, mas no qual, em cada estágio de desenvolvimento, uma forma particular de ação predomina sobre as outras”.

As estruturas da consciência e da personalidade surgem, assim, dos desdobramentos e das oposições provocadas pelas reações emocionais sentidas pelo bebê – choro, sorriso, gestos os quais são o recurso inicial de que ele dispõe para agir. O mesmo chama nossa atenção para o fato de cada indivíduo, construir seu pensamento e a si mesmo, enquanto sujeito.

6.1 Formação do Ser Social em Leitor Crítico

De acordo com os PCN's (1997) “a leitura tem como finalidade a formação de leitores competentes, sendo estes capazes de, por iniciativa própria, selecionar dentre vários trechos que circulam socialmente, aqueles que atendam a sua necessidade no momento”.

O leitor também deve compreender o que lê, sendo capaz de apreender a ler também o que não está escrito e, com isto, identificar elementos implícitos, nos quais estabeleçam relações entre o texto que lê e outros textos já lidos; ter consciência de que um texto pode ser interpretado de diferentes formas, dependendo da visão e conhecimento que cada indivíduo.

Tornar-se um leitor competente se dá por meio de uma prática constante de leitura de textos que circulam socialmente e este trabalho deve envolver todos os alunos, inclusive, aqueles que ainda não sabem ler convencionalmente.

O trabalho com a leitura tem a finalidade não só de formar leitores competentes, mas também formar escritores sendo estes capazes de produzir textos com eficácia. Não se trata apenas de extrair informação da escrita, letra por letra ou palavra por palavra, e sim, a compreensão na qual os sentidos começam a ser

constituídos antes da leitura propriamente dita. Neste contexto, os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) afirma que: “qualquer leitor experiente que consiga analisar sua própria leitura, conseguirá constatar que a decodificação é apenas um dos procedimentos que o leitor utiliza quando lê”. Com isto, a leitura fluente envolve muitas outras estratégias como seleção, antecipação, inferência e verificação, sem as quais não são possíveis com rapidez e proficiência.

A utilização desses procedimentos permite controlar o que vai sendo lido e permite tomar decisões diante de dificuldades de compreensão, arriscando-se diante do desconhecido, buscando no texto a comprovação das suposições. De acordo com os PCN's (1997), “para tornar os alunos leitores – para desenvolver, muito mais do que a capacidade de ler, o gosto e o compromisso com a leitura, a escola terá de mobilizá-los internamente, pois aprender a ler requer esforço”.

Nesta perspectiva, a escola precisa mostrar aos alunos que a leitura é algo interessante e desafiador, algo que se conquistado plenamente dará autonomia e independência. Formar leitores é algo que requer, portanto, condições favoráveis para a prática de leitura, que não se restrinjam apenas aos recursos materiais, pois, na verdade, o uso que se faz dos livros e demais materiais impressos é o aspecto mais determinante para o desenvolvimento da prática e do gosto pela leitura.

Para este desenvolvimento, descreve-se nos PCN's (1997, p. 58) algumas condições:

- Dispor de uma boa biblioteca na escola;
- Dispor de um acervo de livros de classe e outros materiais de leitura;
- Organizar momentos de leitura livre [...];
- Planejar as atividades diárias de leitura [...];
- Oportunizar aos alunos a escolha de suas leituras [...];
- Possibilitar aos alunos o empréstimo de livros na escola [...];
- Construir na escola uma política de formação de leitores nos quais todos possam contribuir com sugestões [...]

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) relata que são necessárias propostas didáticas orientadas no sentido de formar leitores, apresentando algumas sugestões de trabalho para ser desenvolvido com os alunos, que podem servir de referência para a criação de outras propostas.

7 O PAPEL DO PROFESSOR COMO MEDIADOR NO PROCESSO DE AQUISIÇÃO DA LEITURA E DA ESCRITA

O professor deve aproveitar as situações do dia a dia na escola e criar outras fontes, como usuário da escrita diante das crianças e dos jovens, para que recebam seu valor comunicativo e se sintam motivados a ler e escrever. Portanto, o professor tem papel importantíssimo na aquisição da competência leitora da criança/jovem, não só porque promove atividades para tanto, mas porque serve como modelo de leitor e trabalhar com a leitura significativa e com conteúdos voltados às capacidades e procedimentos de leitura e ao comportamento do leitor é primordial.

O comportamento do leitor e do escritor são conteúdos e não tarefas, como se poderia acreditar – Segundo (LERNER, 2007), “porque são aspectos do que se espera que os alunos aprendam, porque se fazem presentes na sala de aula precisamente para que os alunos se apropriem deles e possam pô-los em ação no futuro, como praticantes da leitura e da escrita”.

Sendo assim, o que se quer é que as crianças e os jovens se tornem leitores e escritores competentes no universo da literatura infantojuvenil, ou seja, despertar o interesse pela leitura. Aquele que se propõe a ler e tiver interesse ou curiosidade, poderá ampliar seus saberes e se encantar. O mundo da leitura pode deixar de ser apenas ler o que está escrito, para conhecer, recordar, entrar em contato com a sabedoria de outras culturas, de outras épocas, apreciar diversos gêneros e autores compreender o mundo que o cerca, compreender a si mesmo, imaginar, sonhar, escolher, pesquisar, estudar, formar opiniões.

Ler está muito além de decifrar códigos e entender o sistema de escrita. É muito mais do que comer um determinado alimento e dizer “gostei” ou “não gostei”. É poder saboreá-lo, conhecer os ingredientes e suas origens, saber como é preparado, criar outras receitas de aprendizagem. Neste sentido, os PCN's (BRASIL, PCN, 1997, p. 65) propõem: “leitura diária, leitura colaborativa, projetos de leitura, atividades sequenciadas de leitura, atividades permanentes de leitura, leitura feita pelo professor.” Enfim, “uma prática intensa de leitura na escola é, sobretudo, necessária, porque ler ensina a ler e a escrever”.

O professor tem um papel importantíssimo nessa fase da vida da criança/jovem, em relação aos primeiros contatos com a leitura e formação de hábitos leitores. Ler na escola / comunidade representa também formar leitores que

possam, dentro de um leque variado e amplo, escolher seus próprios caminhos e também reproduzir atitudes leitoras. Além disso, é tarefa do professor oferecer uma grande diversidade de opções na qual os alunos se sintam motivados e ao mesmo tempo tentados a criar esse hábito nas suas vidas. Mas ainda não é só: é preciso aprender a ler diferentes tipos de textos e para isso o professor precisa se preparar cada vez mais, tornar-se um aficionado real pela leitura, procurar um texto que não conhece e não se acostumar num único tipo de texto.

Como dito acima, e corroborado por Nascimento (2007, p. 19), “não é tarefa fácil, já que nossa tendência primeiro é seguir em busca de nossas escolhas e dos títulos que mais gostamos, que mais nos fazem sentir bem”. Quanto mais o professor se envolve com os livros, mais garantirá espaço para conhecê-los, estudar as curiosidades da vida dos autores e suas obras e compreender características dos gêneros abordados, mais poderá ainda, enriquecer o universo cultural dos alunos.

8 CONSTRUINDO PARÂMETROS DE UMA ADEQUADA EDUCAÇÃO

Construir uma proposta pedagógica implica na opção por uma organização curricular que seja um elemento mediador fundamental da relação entre a realidade cotidiana da criança e do jovem – as concepções, os valores e os desejos, as necessidades e os conflitos vividos em seu meio próximo – e a realidade social mais ampla, com outros conceitos, valores e visões de mundo. Envolve elaborar um discurso que potencialize mudanças, que oriente rotas. Em outras palavras, envolve concretizar um currículo para crianças e jovens.

O currículo não pode ser entendido como um plano individual predeterminado. É um projeto coletivo, uma obra aberta, criativa e apropriada para o “aqui-e-agora” de cada situação educativa. Ocorre com base na análise dessa situação, no estabelecimento de metas e de prioridades, no levantamento de recursos, na definição de etapas e atividades básicas, na reconstrução do projetado na interação com as crianças e os jovens, na verificação de aspectos do processo. Envolve sensibilidade e uma visão da criança e do jovem como alguém competente e com direitos próprios.

Planejar o currículo implica ouvir os profissionais em suas concepções e decisões, problematizar a visão deles sobre a escola evitando perspectivas fragmentadas e contraditórias, que refletem a influência das várias concepções educacionais que vivenciaram ou com que tiveram contato. Implica, outrossim, reconhecer as famílias como interlocutores e parcerias privilegiadas e garantir a participação delas e da comunidade no referido processo, tarefas que exigem a superação de muitos obstáculos.

O planejamento curricular para creches, pré-escolas e escolas busca, hoje, romper com a histórica tradição de promover o isolamento e confinamento das perspectivas infantis e juvenis dentro de um campo controlado pelo adulto e com a descontextualização das atividades que muitas vezes são propostas às crianças e aos jovens. Substituindo as atividades de colagens e cópias por atividades de pesquisa, de troca de opiniões e de expressão pessoal.

A constante orientação do trabalho educativo deve respeitar a infância e a juventude, captá-la na complexidade de sua cultura com sua pluralidade de características, buscando inovações. O novo contexto educacional para a educação infantil e juvenil requer estruturas curriculares abertas e flexíveis. Isso envolve nova

concepção de currículo, entendido como trajetória de exploração partilhada de objetos de conhecimentos de determinada cultura por meio de atividades diversificadas constantemente avaliadas.

A noção de exploração partilhada reconhece a perspectiva de que o desenvolvimento humano é tarefa conjunta recíproca. A menção a objetos culturais de conhecimento remete a criação de contextos de aprendizagem significativa, que integre e faça avançar aprendizados iniciados e apresentar outros. O destaque às atividades diversificadas chama a atenção para dois pontos, à individualização dos processos de aprendizagem e desenvolvimento, que ocorrem em ritmo próprio e de maneira singular a cada pessoa, e para a variedade de situações que devem ser exploradas, fugindo da mesmice e de atos mecânicos. Finalmente a ideia de constante avaliação de atividades deve ser entendida como reconhecimento de que o envolvimento das crianças e jovens em termos cognitivos, afetivos, motores e linguísticos enriquece as propostas iniciais e lhes criam novas oportunidades de crescimento e desenvolvimento crítico e social, sendo formulando e transformando as ideias em realidade.

Hoje a educação infantojuvenil é desafiada a responder ao entendimento de que a diversidade humana, tão preciosa, ocorre nas mudanças. A criança como ser capaz de pensar, é capaz de produzir as suas ideias perante a sociedade e das Leis que foram repensadas e formuladas.

Com a criação da nova LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional) aprovada em 20 de dezembro de 1996, destaca-se na seção II, a qual dá ênfase a Educação Infantil, onde são oferecidas creches para crianças de até 3 anos de idade e agora chamados pré-escola para criança de 4 a 6 anos de idade.

Com isso, consolidou-se a finalidade da educação infantil, que propicia o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Após a promulgação da LBD (1996) começa então a se pensar em propostas pedagógicas para a educação infantil no Brasil e do Relatório da Unesco por meio da iniciativa do MEC. Então, a partir daí, considera-se a criança um sujeito social e histórico e as instituições de Educação Infantil como espaço de cuidado e educação das crianças de zero a seis anos, possibilitando a integração entre os diferentes aspectos de desenvolvimento humano.

Antes da Lei de Diretrizes e Bases de 1996, a educação básica era dividida em dois segmentos, ou seja, de 1º e 2º grau. A partir da nova LDB 9394/96, a educação infantil passa a ser parte integrante da educação básica. Esta primeira etapa da educação básica consta que o objetivo da educação infantil é o desenvolvimento integral da criança nos aspectos psicológicos, físicos, intelectual e social junto a sua família e a comunidade.

Observa-se que para construir um novo olhar perante a educação infantojuvenil, se deve encarar a realidade, e que não podem ser compreendidos sem o dinamismo da prática educativa. Superar isso exige a criação e o ambiente coletivo mais aberto nas creches, pré-escolas e até nas escolas – para os mais jovens – o que requer estreitar as relações entre a escola e a comunidade. Diante dos PCNS é considerável que o aluno atue na construção de seus próprios conhecimentos, valorize suas experiências, seus conhecimentos prévios e a interação professor-aluno e aluno-aluno, buscando essencialmente a passagem progressiva de situação em que o aluno é dirigido pela capacidade de se posicionar, elaborar projetos pessoais e participar enunciativa e cooperativamente de projetos coletivos, ter discernimento, se organizar em função de metas, ou seja, uma relação emancipada, íntegra com as diferentes dimensões da vida, o que envolve aspectos intelectuais, morais, afetivos e sociopolíticos, buscando informações e possibilidades de desenvolvimento de tal conhecimento, manter uma postura crítica comparando diferentes visões e reservando para si o direito de conclusão para o desenvolvimento de outras capacidades.

Nessa perspectiva, a escola tem um papel fundamental na formação da identidade das crianças e jovens por ela acolhidas e por isso, precisa ter clareza da necessidade de “positivar”. Segundo o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, identidade é o “conjunto de características e circunstâncias que distinguem uma pessoa ou uma coisa e graças as quais é possível individualizá-las”.

De acordo com Silva (1995): “A identidade é um conceito que abrangem duas dimensões: a pessoal e a social. Assim a identidade do indivíduo vai ser constituída por meio das relações estabelecidas com a família, com os amigos e na escola que o torna consciente de sua singularidade”.

A constituição da identidade do ser humano como expressão de grupos e categorias sociais está de acordo com Pereira (2002). “Indissolúvelmente ligada ao processo de socialização que abrange o adestramento técnico dos educandos para

atender demandas da estrutura social e inculcamento de valores que servirão objetivos de sua visão de mundo e na sua própria imagem ou auto representação”

Essa função socializadora remete a dois aspectos: o desenvolvimento individual e o contexto social e cultural. É nessa dupla determinação que os indivíduos se constroem como pessoas iguais, mas ao mesmo tempo diferente de todas as outras. Iguais por compartilhar com outras pessoas um conjunto de saberes e formas de conhecimentos que, por sua vez, só é possível graças ao que individualmente se puder incorporar. A escola, na perspectiva de construção de cidadania precisa assumir a valorização da cultura de sua própria comunidade e, ao mesmo tempo, buscar ultrapassar seus limites, proporcionando às crianças pertencentes aos diferentes grupos sociais o acesso ao saber, tanto no que diz respeito aos conhecimentos socialmente relevantes da cultura quanto no âmbito nacional e regional que faz parte do patrimônio universal da humanidade.

8.1 Parâmetros Curriculares Nacionais: PCN'S

Em função da LDB 9.394/96, o Ministério da Educação e Desporto achou por bem elaborar uma série de documentos norteadores sobre a prática pedagógica, tendo em vista a amplitude do território nacional, as diferenças de formação do professorado e suas dificuldades de acesso aos conteúdos pedagógicos atualizados. Surgiram, assim, os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais).

Os PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais), documento oficial, criado para nortear a atividade docente nas escolas brasileiras, enfatiza de forma bem explícita essa preocupação, como pode ser visto no seguinte fragmento:

A leitura é um processo no qual o leitor realiza um trabalho ativo de construção do significado do texto, a partir dos seus objetivos, do seu conhecimento sobre o assunto, sobre o autor, de tudo que sabe sobre a língua: características do gênero, do portador¹, do sistema de escrita etc. (...) Um leitor competente é alguém que, por iniciativa própria, é capaz de selecionar, dentre os trechos que circulam socialmente, aqueles que podem atender a uma necessidade sua. (...) Formar um leitor competente supõe formar alguém que compreenda o que lê; que possa aprender a ler também o que não está escrito, identificando elementos implícitos; que estabeleça relações entre o texto que lê e outros textos já lidos; que saiba que vários sentidos podem ser atribuídos a um texto; que consiga

¹ O termo “portador” está sendo utilizado aqui para referir livros, revistas, jornais e outros objetivos que usualmente portam textos.

justificar e validar a sua leitura a partir da localização de elementos discursivos. (PCN's, Língua Portuguesa, ensino fundamental, p. 41)

Entretanto o processo de elaboração dos PCNs iniciou um pouco antes como nos ressaltava Czapski:

O processo de elaboração dos PCN começou em 1995, sendo que no fim daquele ano já havia a versão preliminar, que foi apresentada a diferentes instituições e especialistas. Em resposta, o MEC recebeu cerca de 700 pareceres, que foram catalogados por áreas temáticas e embasaram a revisão do texto. Para completar, Delegacias do MEC promoveram reuniões com suas equipes técnicas, o Conselho Federal de Educação organizou debates regionais e algumas universidades se mobilizaram. Tudo isso subsidiou a produção da versão final dos PCN para 1ª a 4ª série, que foi aprovada pelo Conselho Federal de Educação em 1997. Os PCNs foram transformados num conjunto de dez livros, cujo lançamento ocorreu em 15 de outubro de 1997, Dia do Professor, em Brasília. Depois, professores de todo país passaram a recebê-los em casa. (CZAPSKI, 1997, 126)

Enquanto isso, o MEC iniciou a elaboração dos PCN para 5ª a 8ª série (atuais 6º a 9º anos). Assim estes, constituem uma coleção de documentos onde, além de uma introdução geral: a Base Nacional Comum (o currículo disciplinar) e a utilização da transversalidade (Temas Transversais) como instrumento de trabalho para contextualização dos temas de aula.”

Há, ainda, os objetivos gerais e específicos, além das características das áreas do conhecimento componentes da Base Nacional Comum, a listagem dos Temas Transversais e sua operacionalização.

9 A LITERATURA INFANTOJUVENIL NO CONTEXTO DOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS - PCN'S

Começar um trabalho de leitura, em quaisquer séries é sempre complicado, uma vez que as turmas geralmente são bastante heterogêneas. É neste momento que começa o problema: quais textos são mais adequados para uma criança ou um jovem iniciar ou desenvolver seu longo processo de leituras? Esta é uma das principais questões em que se devem considerar os interesses dos alunos, para que o desenvolvimento do gosto e do hábito da leitura seja satisfatório. Neste caso, com base no que apresenta os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa e no que Regina Zilberman e Ezequiel Theodoro da Silva, apresentam em *Literatura e Pedagogia: ponto & contraponto*, “tem-se que o texto literário é bastante significativo para trabalhos de leituras em qualquer série, considerando-se as suas especificidades enquanto uso diferenciado da linguagem na sua constituição”. No entanto, é importante observar que o texto literário em sala de aula pode ser muito ou pouco significativo, dependendo da ênfase dada por cada professor. Os PCN's ressaltam as especificações com o trabalho a respeito do texto literário:

É importante que o trabalho com o texto literário esteja incorporado às práticas cotidianas da sala de aula, visto tratar-se de uma forma específica de conhecimento. Essa variável de constituição da experiência humana possui propriedades compositivas que devem ser mostradas, discutidas e consideradas quando se trata de ler as diferentes manifestações colocadas sob a rubrica geral de texto literário.

De acordo com os PCN's:

A questão do ensino da literatura ou da leitura literária envolve, portanto, esse exercício de reconhecimento das singularidades e das propriedades compositivas que matizam um tipo particular de escrita. Com isso, é possível afastar uma série de equívocos que costumam estar presentes na escola em relação aos textos literários, ou seja, tratá-los como expedientes para servir ao ensino das boas maneiras, dos hábitos de higiene, dos deveres do cidadão, dos tópicos gramaticais, das receitas desgastadas do “prazer do texto”, etc. (BRASIL, PCN, 1997, p. 34-35)

Em síntese, o documento oficial defende que trabalhar o texto literário em sala de aula é pertinente desde que este seja explorado nas suas mais diversas

significações, possibilitando a realização de discussões e reflexões por parte dos estudantes acerca deles. E não que o texto literário seja utilizado para trabalhar certos conteúdos fragmentados, que não possibilitarão uma leitura interpretativa e construtora de conhecimentos a partir destes textos.

Da mesma forma defende Silva, quando cita que:

A literatura pode ser tudo (ou pelo menos muito) ou pode ser nada, dependendo da forma como for colocada e trabalhada em sala de aula. Tudo, se conseguir unir sensibilidade e conhecimento. Nada, se todas as suas promessas forem frustradas por pedagogias desencontradas. (SILVA, 1990, p.43)

De tal modo, pode-se compreender que tanto os PCN's, quanto Silva expõem que o ensino precisa ser contextualizado e que o texto literário não deve ser utilizado para realizar trabalhos isolados. Caso contrário, esses textos perdem o que mais possuem de importante, a capacidade de despertar a imaginação e a curiosidade do leitor em buscar a apreensão e o questionamento de novas realidades. Somente a partir dessa reflexão que a literatura tem a capacidade de despertar o leitor e se torna pertinente para um trabalho de leitura. Assim, a partir dessa curiosidade despertada no leitor é que este se interessa em buscar novas leituras e posteriormente desenvolver suas ideias em outras atividades realizadas tanto no âmbito escolar como fora dele.

Como já foi exposto, é fato que a maioria dos estudantes brasileiros não é capaz de compreender um texto na sua completude. E isso, certamente, é resultado de muitos anos de exercícios inadequados de leitura realizados na escola. A partir de dados divulgados pelo Saeb (Secretaria de atendimento à educação básica), em 2003, "55% das crianças (brasileiras) da 4ª série (atual 5º ano) estavam concentradas no estágio muito crítico de proficiência em Leitura. Isso indica incapacidade de compreender plenamente textos simples, curtos e de gêneros variados" (ARAÚJO; LUZIO, 2005, p. 38).

Não é difícil perceber que os trabalhos inadequados com essa prática e a leitura literária são realizados desde as séries iniciais. Por esse motivo na 3ª série do ensino médio os alunos continuam com muitas dificuldades em compreender textos e não gostam de ler. Daí a importância de um trabalho pertinente de leitura a partir das séries iniciais. Caso contrário, as dificuldades dos estudantes tendem a aumentar.

Com isso observa-se a contradição das práticas escolares com a preocupação teórica existente. Explicitamente, os PCN's apresentam indicações norteadoras para atividades realizadas em sala de aula, inclusive enfatizando a importância com os trabalhos de leitura. Entretanto o que se observa é que a maioria dos professores continua duvidando da capacidade de compreensão dos estudantes e tentam de alguma forma facilitar as atividades realizadas. Os autores de livros didáticos também menosprezam a inteligência dos alunos quando exigem apenas cópias de fragmentos de textos ou sintetizam as ideias abordadas nos textos.

Como afirmou Magda Soares:

O que se quer deixar claro é que a literatura é sempre e inevitavelmente escolarizada, quando dela se apropria a escola; o que se pode é distinguir entre uma escolarização adequada da literatura - aquela que conduza mais eficazmente às práticas de leitura que ocorrem no contexto social e às atitudes e valores que se quer formar - e uma escolarização inadequada, errônea, prejudicial da literatura - aquela que antes afasta, que aproxima de práticas sociais de leitura, aquela que desenvolve resistência ou aversão à leitura. (MAGDA SOARES, 2007, p. 25)

Nesse caso é importante considerar que a leitura literária é essencial na vida de todos os estudantes e principalmente de todas as crianças, uma vez que a literatura permite leituras de mundo mais abrangentes que outros textos. Por isso a importância do trabalho adequado com a literatura infantojuvenil na escola. E não por simples pretextos moralizantes ou de metalinguagem.

Somente dessa maneira, os índices de proficiência em leitura dos estudantes brasileiros serão melhorados e a (re)construção da relação das atividades de leitura - Literatura infantojuvenil - aconteça na escola de uma forma prática e satisfatória.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo foi discutida a importância da diversidade da Literatura Infantojuvenil na formação de leitores, através do seu uso frequente no cotidiano escolar. Foi possível conhecer a origem histórica da literatura infantil e perceber que cabe ao professor indicar os caminhos que conduzirão leitores ao hábito de leitura, além de alimentos à imaginação e o prazer pelo ato de ler.

Desenvolver o interesse e o hábito pela leitura é um processo constante, que começa muito cedo, em casa, aperfeiçoada na escola e continua pela vida inteira. Pode-se ressaltar que a literatura infantojuvenil contribui para formação do leitor, estimulando a curiosidade e instigando a produção de novos conhecimentos, constatou-se que para que isso se torne realidade muitos professores devem utilizar metodologias diversificadas e criativas.

Enfim, vive-se em uma sociedade em que a escrita e a leitura estão por toda parte. Na qual a língua é um fenômeno social, cultural e dinâmico que muda de acordo com o contexto, em que a Literatura Infantojuvenil só tem a acrescentar como instrumento de transformação da própria realidade.

A criança e o jovem precisa de assistência, possibilitando um amplo desenvolvimento de suas faculdades mentais e físicas, portanto, desenvolvendo o seu senso crítico e social. Visto que a educação infantojuvenil é um processo de ensino-aprendizagem que se dá de forma prazerosa, em que os alunos envolvem-se em atividades lúdicas, mediadas pela ação do educador e, assim, sentindo-se atraídos para a construção de novos conhecimentos.

Diante do exposto, percebe-se que a criança e o jovem só desenvolvem consciência crítica, só atingem o pensamento lógico, só desenvolvem a verdadeira “humanidade” do ser, só completam o processo de construção, ou seja, tornam-se humanos, quando estão em um ambiente de ludicidade (prazer e lazer), amor, respeito e liberdade.

A criança e o jovem são seres em desenvolvimento, que ao decorrer do tempo vão construindo novas e diferentes competências, no contexto das práticas sociais, que irão lhe permitir compreender e atuar de forma mais ampla no mundo, muito além do ato de brincar, obtém o primeiro contato com a escola, sendo este momento um dos importantes de sua vida, pois é preciso muita dedicação dos pais e competência dos profissionais da educação.

A escola deve intermediar o acesso do aluno ao mundo dos textos que circulam na sociedade e ensinar a manejá-los com eficácia. Os PCN'S mencionam, ainda, entre seus objetivos, a competência literária, que se deve cultivar e estimular nos alunos, decorrente de uma visão dos textos em geral como modelo de produção. Concebendo o texto literário como patrimônio cultural, situação privilegiada para o exercício imaginário humano, reservando-lhe lugar nas atividades didáticas de escrita e leitura de textos. A literatura infantojuvenil é um amplo campo de estudo que exige do professor conhecimento para saber adequar os livros às crianças, gerando um momento propício de prazer para a leitura.

Enfim, como afirmou Freire (1996), “toda prática de alfabetização é uma prática conscientizadora que permite ao sujeito, por meio da leitura de mundo e da palavra, transformar sua consciência numa concepção crítica e autônoma”.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVICH, Fanny. **Literatura Infantil: gostosuras e bobices**. 2. ed. São Paulo: Scipione, 1997. (Pensamento e ação no magistério) Vygotsk(1999).
- ANTUNES, C. **Educação infantil: prioridade imprescindível**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- ARAÚJO, C. H.; LUZIO, N. **Avaliação da educação básica: em busca da qualidade e equidade no Brasil**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005.
- BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. **Secretaria de Educação Básica. Política de Educação Infantil: Pelo direito das crianças e zero a seis anos a Educação Brasileira MEC/SEB**, 2005.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Língua portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- CADERMATORI, Ligia. **O que é Literatura Infantil**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.
- CAGLIARI, L. C. **Alfabetização e Linguística**. São Paulo: Scipione, 2009.
- CÂNDIDO, Antonio. **A literatura e a formação do homem**. São Paulo: Ciência e Cultura, 1972.
- COELHO, Nelly Novais. **Literatura Infantil: teoria, análise e didática**. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2000.
- CUNHA, Maria Antonieta Antunes. **Literatura Infantil: teoria e prática**. 1. ed. São Paulo: Ática, 2006 (Série Educação).
- CZAPSKI, Silvia. **A Implantação da Educação Ambiental no Brasil**. Ed. MEC/Unesco. Seção "Fichário", cap "PCN", 1997.
- DINORAH, Maria. **O livro Infantil e formação do leitor**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- FRANTZ, Maria Helena Zancan. **A Literatura nas séries iniciais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção leitura).
- HERMIDA, J. F (ORG). **Educação Infantil: Políticas e fundamentos**, 1. ed. Joao Pessoa; Editora Universitária, 2007.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**: com a nova ortografia da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LBD. LEI DE DIRETRIZES E BASES. Nº 9394/96

LERNER, Delia. Ler e escrever na escola: **O real, o possível e o necessário**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2007.

NASCIMENTO, Celinha: **Ler na vida, ler na escola/comunidade. In: Letras de luz – projeto de incentivo à leitura**. Oficina 1 – mil e uma leituras. Energia do Brasil, Fundação Victor Civita, 2007.

OLIVEIRA, Maria Alexandre de. **Leitura prazer: interação participativa com a literatura infantil na escola**. São Paulo: Paulinas, 1996. (Coleção comunicar).

_____ Educação Infantil: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002.

PAIVA, A.; RODRIGUES, P. C. A. **Letramento literário na sala de aula**: desafios e possibilidades. In: MACIEL, F.I.P.; MARTINS, R.M.F.(Orgs). Alfabetização e Letramento na sala de aula. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

PEREIRA, Mary Sue Carvalho. **A descoberta da criança: introdução a educação infantil**. Rio de Janeiro: WAK, 2002.

SARAIVA, Juracy Assmann. **Literatura e alfabetização: do plano do choro ao plano da ação**. Porto Alegre: Ed. Artmed, 2001.

SILVA, C. A. da Barros, F; HALPERN,S; SILVA, L. A. D. **De como a escola participa da exclusão social**.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

STRAUSZ, Rosa Amanda. **O que você entende por qualidade em literatura infantil e juvenil? In: O que é qualidade em literatura infantil e juvenil? Com a palavra o escritor**. Ieda de Oliveira (org) São Paulo: DCL, 2005.

VIGOTSKI, Len. Demenovich. **A formação social da mente**. São Paulo: Martin Fontes 1984. www. Revista – temas.

WORNICOV, Ruth... [et al]. **Criança-leitura-livro**. São Paulo: Nobel, 1986.

ZILBERMAN, Regina. (Org.). **Leitura em crise na escola**: as alternativas do professor. 9. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

ZILBERMAN, Regina. SILVA, Ezequiel Theodoro da. **Literatura e pedagogia**: ponto e contraponto. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990.